

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2021

Ata n.º 49

Aos vinte e dois dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de quinze de Março e aditamento de dezasseis de Março, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação das atas de 10/12/2020, 21/12/2020 e 04/02/2021;-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento de Declarações de Compromissos Plurianuais e de Pagamentos e Recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2020;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura " Parque Infantil Temático da Guia" no âmbito do Aviso ALG-28--2020-12 - Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos (PADRE) - Operações; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Dar uma Mãozinha à TeRRa" no âmbito do Aviso - POSEUR-11-2021-15 - Investimentos com Vista à Recolha Seletiva e Valorização de Bio resíduos em Portugal Continental - 3.º Aviso;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Proposta de Contrato de Parceria com o Instituto Lusíada de Cultura com vista à Consolidação do Projeto Museu ZerO"; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Proposta - Inscrição do Município de Albufeira na Constituição das Redes Cidades Circulares"; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Aluguer de Viaturas com Condutor para Limpeza de Coletores das Redes de Águas Residuais e Pluviais", até ao limite de 300.000,00€ + IVA; -----



PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para “Aquisição de Serviços de Responsabilidade Técnica de Instalações Elétricas em Edifícios Municipais”, com o valor base de 74.500,00€ + IVA; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para “Aluguer de Máquinas e Viaturas com Operador” até ao limite de 230.200,00€ + IVA; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao “Fornecimento Contínuo de Peças, Acessórios e Materiais Diversos, bem como para a Prestação de Serviços de Reparação, Manutenção e outros Serviços Conexos, para Máquinas e Viaturas Municipais”, até ao limite de 186.000,00€ + IVA; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para “Aquisição de Licenciamento, Manutenção e Helpdesk do Sistema de Gestão Documental - Edoclink”, com o valor de 63.897,00€ + IVA; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, da Recomendação apresentada pelo BE intitulada “Atribuição Automática da Tarifa Social da Água e Resíduos”;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização referente à “Alteração/modificação de Direito de Superfície a favor de Cooperativa MARTRAIN - Cooperativa de Responsabilidade Limitada (CRL)”;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para Execução da Empreitada “Construção de Unidade de Cuidados Continuados”, com o preço base de 3.300.000,00€ + IVA;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da declaração de Interesse Público - Passadiço na Praia dos Pescadores em Olhos de Água;-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Raquel Carolina Madail Pinto Reis (suplente PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira



(PSD), Bertílio da Conceição Cevadinha Matias (suplente PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (Independente), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Hugo Miguel Isidro Aires (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. - **Faltas:** José Sequeira, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Renato Pimenta e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Miguel Coelho. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rui Bernardo, Raquel Reis, Bertílio Matias, Cândido Reigado, e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -- Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão, com alguns membros presentes através da plataforma Zoom e informou que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

Presidente da Assembleia: "Boa noite. Vamos dar por aberta a sessão e temos um ponto prévio, tivemos a renúncia ao Mandato da Deputada Vera Belchior e como tal tomará posse Hugo Aires para seu lugar. Iremos proceder à tomada de posse e a seguir procederemos à chamada onde já integrará por direito próprio a listagem da Assembleia Municipal". -----

Foi feita a Tomada de Posse. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Paolo Funassi: "Boa noite a todos, sou Paolo Funassi e tenho algumas perguntas. O Plano de Recuperação e Resiliência previsto para o Governo Português com os fundos da União Europeia, o famoso "Basuca", abrange várias áreas. Uma área muito importante, o acesso à habitação. O plano tem neste ponto o programa de acesso à habitação destinado para isso, mais de mil milhões de euros. Ao contrário de programas anteriores de promoção pública de habitação social que foram orientados quase



exclusivamente para eliminação de apenas um tipo de carência habitacional, a residência em estruturas precárias de génese ilegal. O Programa Apoio ao Acesso à Habitação tem um programa mais transversal incluindo outras carências como: ausência de infraestrutura e equipamentos básicos e insalubridade e segurança do local de residência. A precaridade ou inexistência de vínculo contratual ou sobrelotação ou inadequação de habitação, as necessidades especiais dos residentes com deficiência e mobilidade reduzida exigindo uma abordagem integrada e participativa que promove a inclusão social e territorial a concretizar através de uma nova figura de governação e plenamente estratégico, as estratégias locais de habitação. A materialização de apoio financeiro decorre do papel imprescindível reconhecido às Autarquias Locais que devem elaborar e apresentar uma Estratégia Local de Habitação que enquadre e programe todos os investimentos a apoiar em cada território. Prevê-se com este investimento dar respostas a pelo menos vinte e seis famílias até dois mil e vinte e seis. Portanto, a questão que coloco ao Senhor Presidente da Câmara de Albufeira é; se já começaram a preparar um plano, uma análise, uma estratégia para poder ser o mais rápido e eficazes possíveis para quando esses fundos estiverem disponíveis, já que para obtê-los o Estado vai pedir às autarquias uma Estratégia Local de Habitação? Segunda pergunta é; tempo atrás o Presidente da Câmara apresentou um belo plano para modernizar e reestruturar a denominada e famosa "Rua da Oura", a "Sá Carneiro", e as zonas ao redor dela. Falou-se num projeto de vários milhões e muitas obras. Queria saber em que ponto ficou esse projeto e a situação geral dessa ideia de investir nessa rua tão importante turisticamente para a nossa cidade? Terceira pergunta; dia dezassete de Maio de está previsto se tudo correr bem que os turistas ingleses possam viajar para o exterior e portanto começar a chegar também à nossa belíssima cidade. Sendo uma data exata e marcada com antecedência, havendo grandes expectativas, seja para os turistas ingleses que anseiam regressar a Albufeira seja para o nosso comércio local, hotéis, restaurantes etc....Queria saber portanto se nesse dia a autarquia pretende realizar algum evento especial como fosse um "Welcome Day", um dia de boas vindas, já que será talvez o começo de um regresso à normalidade!.. Uma questão diria mais de Marketing mas que com poucos fundos poderia dar um ótimo sinal para promover o regresso da normalidade na nossa amada cidade. Muito obrigado". -----



Ricardo Serrão: " Olá boa tarde. Eu queria ver se conseguia fazer duas intervenções, ver se tenho tempo para a última. Eu hoje estou aqui em representação de um grupo de estafetas da zona de Albufeira e de Loulé, porque ambos os Municípios, não só estes Municípios mas em especial estes dois fizeram acordos nos meses de Janeiro e que, enfim, têm prejudicado bastante a nossa actividade. Estamos ainda a tentar perceber porque é que surgiram estes acordos e porque é que realmente se optou fazer parcerias com as Cooperativas de Táxis, que são entidades para transporte de passageiro e não se optou por fazer parcerias com empresas que fazem entregas, com empregadores que já estão habituados nesta área a fazer o trabalho, etc... Temos reparado, seja no Concelho de Loulé seja no Concelho aqui de Albufeira, enfim, há situações tão caricatas como: entregas longas de vinte e trinta minutos, quer dizer, as pessoas estão a levar de uma ponto do município à outra quando no geral as plataformas não são assim que trabalham, gerem os restaurantes pelas zonas que é para trabalharem de forma correta. Os senhores taxistas em geral não têm mochilas, dizem ah, em fim, têm mochilas, não, é mentira. Muitas situações os taxistas não têm mochilas, transportam as coisas em sacos, seja pelas regras de higiene, em fim, o que seja. Os senhores taxistas em geral pagam um Iva de seis por cento quando nós pagamos vinte e três, não tem CAE, aparentemente, foram a correr agora de repente fazer um registo, até porque, agora os serviços estão fechados, portanto com certeza não têm CAE para trabalhar nesta área. Há restaurantes que já tinham os seus próprios serviços de entrega organizadas, neste momento em muitas situações estamos a ser informados que eles estão a dispensar o pessoal ou estão a colocar o pessoal em Layoof porque há um apoio da Câmara que paga tudo. E portanto é mais fácil usar esse apoio da Câmara, o Município paga e os funcionários que em geral tinham o seu trabalhinho neste momento não estão a trabalhar, portanto não são trabalhadores são funcionários dos restaurantes. Volto a dizer, não se entende porque é que se recorre a profissionais de outro sector para fazer o nosso trabalho, não se entende. Eu tive a tentar procurar aqui alguma informação em relação ao Município de Albufeira para tentar perceber quais eram os valores que estavam a ser pagos, mas digo, numa das plataformas em geral é cobrado ao cliente entre um euro e noventa e três euros e noventa, não sei quais é que são os valores que estão a ser cobrados aqui, supostamente é cobrado ao quilómetro, não sei o que é que isso quer dizer. Sei que num outro Município são valores três vezes mais, cinco vezes mais, dez vezes mais em



relação àquilo que nos é pago a nós. Não nos faz sentido haver um recurso frequente a viaturas automóveis, seja pelo estacionamento, seja pelo trânsito, seja pelo que seja, quando as nossas viaturas as motas pagam dois, três euros, dois, três litros, pelo seu transporte, quando não pode haver, não é minimamente viável, não faz qualquer sentido. Penso que já falei da parte fiscal, em termos do registo como é que é feito o registo? Também me parece que não há qualquer informação. Que aparentemente não há qualquer registo, é comunicado pelos táxis o que é que fizeram, não sabemos se foi feito da forma correta se não foi, etc.... Este Município tem estafetas, tem serviços a funcionar, porque é que não foram contactadas as pessoas que já fazem esse trabalho. Estamos em breve a começar a área, a época balnear. Tenho reparado nos últimos dois, três anos e nas ultimas décadas, etc., seja este Município sejam vários Municípios, fazem uma aposta turística bastante focada nos meses de Verão, há muitos, há muito negócio, há muito alojamento, há muitos sectores que dependem do turismo, correto. Mas porque é que se continua ainda a apostar de uma forma sempre muito intensa a promover os meses do Verão e não se faz exatamente o oposto. Nos últimos meses, tive a reparar que o turismo nacional está muito concentrado, Junho, Julho e Agosto. Se calhar é importante dizermos aos nossos portugueses que visitem o Algarve sem ser apenas no Verão, os estrangeiros, dividem mais a sua visita pelos meses. Temos que, em vez de estar a promover, estar a fazer eventos em Julho e Agosto, acho que não faz sentido no Algarve estarmos a fazer eventos em Julho e Agosto. Fazer os eventos em Abril, em Maio, em Setembro em Outubro, falar com os vários alojamentos como é que conseguimos aumentar a presença de turistas nos outros meses. Infelizmente ou felizmente o ano tem doze meses, não tem apenas três meses, continua-se promover demasiado o Verão. É altura de todos nós pensarmos como é que conseguimos promover todos os outros meses, deixar de promover o Verão e promover o resto do ano. Obrigado". -----

Presidente da Câmara: "Senhor Presidente, então boa noite a todos, agradeço as questões que foram colocadas. Primeiro ao senhor Paolo, tem aqui três questões, algumas delas sugestões. Nomeadamente a primeira que é uma pergunta que faz sobre a ELH, portanto "Estratégia Local de Habitação" em Albufeira, e disse bem, portanto o programa de "Recuperação Resiliência" apenas irá apoiar tipo de habitações caso tenham uma LH aprovada. Portanto Albufeira já tem, portanto já está em condições de quando sair as candidaturas se poder haver alguma candidatura nesse caso, ainda,



outras condições que o faça. Quanto à questão da "Rua da Oura" é uma rua que o projecto está praticamente terminado, falta ali apenas um pormenor da passagem que gostaria de levar ainda a alguma discussão pública não só dos locais mas também de todos outros, porque acho que é um momento importante para se recuperar aquela rua e dar-lhe um mote diferente como disse na altura, apesar de nesta fase e como as receitas estão a ser cada vez menos nós temos de ter aqui algum cuidado com algumas obras que não poderão ser feitas já. Porque a quebra de receitas devido à situação pandémica, só entre aquilo que não se recebeu, nomeadamente o IMT, que se receberia num ano normal e as isenções que foram aprovadas relativamente a muitas pessoas de Albufeira nos mais diversos campos e os apoios todos que foram dados, quer às escolas, quer à alimentação às pessoas carenciadas, quer à medicação a pessoas carenciadas e outras entidades públicas nomeadamente a parte da saúde, Bombeiros Voluntários, Cruz Vermelha, Guarda Nacional Republicana, enfim, que nos solicitam permanentemente EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), nomeadamente máscaras, álcool gel, luvas, batas, por aí fora, que a Câmara despendeu muito dinheiro com essa situação. Diria que a quebra de receita aos apoios que deu, tudo somado dá à volta de dezassete milhões de euros, já consumidos. Posso dizer que o ano de dois mil e dezanove para dois mil e vinte em termos de IMT teve uma quebra de sete milhões de euros sensivelmente, só de IMT. Portanto tudo isso faz com que realmente temos que repensar muito do orçamento que é feito, porque este ano também não vai ser muito melhor. E não fosse a saúde das finanças da Câmara de Albufeira no tempo em que começou a pandemia, isto é, Março de dois mil e vinte, nós estaríamos muito mal para poder apoiar socialmente as pessoas nas mais diversas formas de ajudas que temos feito ao longo deste tempo. Às vezes a comunicação não é feita ou não chega às pessoas mas temos que pensar que isso terá que melhorar um pouco. Mas não está esquecido. Relativamente à questão da sugestão que faz do "Welcome Day" acho que é uma ideia interessante, aliás, nós temos de ter uma ação e vamos desenvolver uma ação que terá um nome, terá a ver um bocado com mostrar que Albufeira é um destino seguro é uma marca segura para vir para cá. Portanto nesse sentido iremos fazer um programa com essa perspetiva. Este do "Welcome Day", também se pode agregar precisamente neste programa que vamos fazer que é uma coisa simples, relativamente simples e pode ser relativamente interessante. Relativamente ao Senhor Ricardo Serrão, a questão dos estafetas versus táxis no transporte de alimentação de algum



"Takeway". Independentemente de algum "Takeway" transportado pelos táxis, claro, obviamente, levantou aqui alguns problemas em tempo e vou se calhar ponderar de acordo com as vossas petições neste momento, vou ver o que é que se pode fazer e vou analisar. Relativamente à questão do controle que é feito, o controle é feito pelos nossos serviços e isso não tem problema absolutamente nenhum. Época balnear, a promoção dos eventos no verão, naqueles três meses de verão, devendo ser nos meses sem ser no verão. Nós se pensarmos nalguns eventos que até eram durante o inverno, nomeadamente eventos até que não dependam até dos Municípios, dependem de entidades externas, entidades de terceiros, nomeadamente a "Volta ao Algarve em Bicicleta" que é no mês de Fevereiro, que este ano não pode haver, vai ser provavelmente no mês de Maio, eu digo provavelmente porque nunca sabemos no dia o que é que vai acontecer, amanhã. Nós tínhamos o "Cross das Amendoeiras em Flor" que era normalmente final de Janeiro, Fevereiro, também vai ser provavelmente agora em Abril, estamos em conversações com a Associação de Atletismo do Algarve. Lá está, era para ser no Inverno, trazia mais pessoas, deixou de poder ser por esta razão, mas há outros eventos que eventualmente terão de ser feitos apenas no verão que é quando são feitos, nós temos agora a hipótese de organizar em Albufeira na ultima semana de Agosto o "Campeonato Europeu de Hóquei Patins", mas tem de ser naquela data, porque é uma data que não depende da Câmara, depende de outras Instituições de outras Entidades. Evidentemente que nós ao fazermos as coisas fora do período até ajuda. Ajuda, porque normalmente nos meses de Julho e Agosto a parte residencial está completamente, ou está quase esgotado, ou normalmente estava, não necessariamente agora, que normalmente estava e que vinha dificultar muitas organizações que se faziam. Pronto, mas é um dado que é realmente importante, é bom promover o Inverno, o Outono e a Primavera e não apenas o Verão. Exatamente tem toda a razão. Penso que é só, mas se quiser mais alguma coisa". -----

Ricardo Serão: "Só muito rapidamente, percebo que o presente nesta área não tenha muito a ver com o Município mas por exemplo há duas discotecas aqui fora deste Município, que é o Lick e o Bliss, que só trabalham seis semanas, entre o meio de Julho e o Final de Agosto. Obviamente que se calhar numa conversa com Loulé e perceber aqui como é que se consegue influenciar estas actividades a funcionar mais semanas, a funcionar por exemplo numa altura mais...porquê. Porque eu já trabalhei numa área de motorista e habitualmente nos meses de Julho e Agosto à muita gente que fica em



Albufeira que desfruta da noite de Albufeira e da cidade de Albufeira e à noite vão a este espaço e depois voltam a dormir outra vez em Albufeira. Portanto, embora esteja fora do seu Município também influencia, enfim, e tentarmos fazer aqui um "brainstorming" a nível político que a nível das várias entidades como é que se consegue às vezes esticar um bocadinho. Estas várias entidades só funcionam algumas semanas como é que se vai gradualmente aumentando para os meses de Junho, para os meses de Maio, etc.. Muito Obrigado". -----

Maria da Graça: Intervenção escrita enviada por email conforme (Doc. n.º 1 em anexo).-----

Presidente da Câmara: "Bom, aquilo que me disseram há bocado é que já esta a ser pavimentada hoje, entre hoje e amanhã de manhã. Portanto não vi, mas penso que não estarão enganados e amanhã vou lá verificar isso logo de manhã cedo. Portanto, penso que já está a ser ultrapassada a questão, que realmente estava em péssimas condições".-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Roberto Raposo: "Boa noite a todos, a primeira questão que queria colocar vem da parte de um munícipe que como não pode estar presente pediu para questionar sobre o telheiro que foi prometido para a escola das Ferreiras, que foi prometido estar instalado em Janeiro e ainda hoje não está instalado. Outra questão, esta da minha parte é acerca da obra que está a ser feita para a ligação à rede sanitária dos Matos, obra que já está prometida já há vinte anos e finalmente está a ser feita, a questão é a seguinte, sabendo que aquele ramal da água que alimenta o depósito dos Matos está constantemente a rebentar, porquê que não se está a aproveitar esta obra para substituir esse ramal enquanto não é alcatroado, porque depois de ser alcatroado de certeza que vão ter de romper novamente porque aquilo, como sabemos nos últimos anos é raro o mês que não rebenta um ponto qualquer da estrada. Outra questão, tem a ver com a falta de manutenção, que já chamei a atenção aqui, a total falta de manutenção que há por parte do município às estradas, manutenção essa que podia prolongar a duração das estradas por muitos mais anos e que não é feita e que nós vemos os buracos e agora que falou-se numa que estava cheia de buracos e vai ser



alcatroada agora, buracos esses que se fossem reparados assim que aparecem, buracos e fissuras, prolongava a duração desse asfalto, para não ter que precocemente ter que asfaltar todo um troço e assim poupando muito dinheiro. Outro assunto que queria aqui questionar que tem andado a rodar nas redes sociais, quando as pessoas deviam era trazê-lo aqui, é sobre a situação da rapariga com deficiência, a Cátia, que dizem que a Câmara não resolve nada, eu não sei nada do assunto, não sei se resolve se não resolve. É uma rapariga a Cátia, que a mãe precisa de ajuda, que tem de carregá-la para o apartamento, todos os dias, são escadas e não têm acesso. Era para saber como está essa questão e como é mesmo a situação, se é como descrevem nas redes sociais."-----

Ana Ramos: "Boa noite a todos, tenho dois pontos que gostaria de abordar. O primeiro com algumas questões, o segundo é mais um comentário. Relativamente ao primeiro ponto tenho-me apercebido que nas últimas semanas, nos últimos tempos têm sido levadas a cabo algumas obras aqui no concelho, nomeadamente entre a rotunda dos golfinhos e a Marina, todas muito em simultâneo, o que naturalmente me leva a questionar se será coincidência o fato de estarmos a poucos meses das próximas eleições. E questionar também se essas mesmas obras não poderiam ter sido levadas a cabo há mais tempo. Ainda assim elas existem e estão a acontecer e ainda bem, e gostaria de saber quando é que estão previstas terminar essas obras uma vez que o verão está aí à porta. E relativamente a algumas delas, havendo canalizações ainda em amianto, se estão a ser equacionadas essa alteração dessas canalizações ou se será mais uma operação, ou obras cosméticas, digamos assim. O segundo ponto que tenho para falar, digamos, prende-se com o plano estratégico Summit vinte e um, que tive oportunidade de ver, o Senhor Presidente apresentou como sendo um evento, no sentido de convidar um conjunto de especialistas regionais e nacionais para debater diversificados temas como o turismo, a educação, a juventude, a ação social, o ambiente, a sustentabilidade, tudo no sentido de uma estratégia para a próxima década dois mil e vinte dois mil e trinta, no sentido de adaptar o concelho às novas exigências do mundo actual, tendo também a ver com a questão da bazuca financeira e alinhar a estratégia de Albufeira até dois mil e trinta com a estratégia do Portugal vinte trinta. É sempre de louvar este tipo de estratégias, agora quando olho, por exemplo para o plano estratégico de Portugal vinte trinta, ou quando se pesquisa sobre esse plano percebe-se que existem eixos em que esse plano se baseia, desde a inovação, o conhecimento, a qualificação, a formação, o emprego, sustentabilidade,



ambiente, economia do mar, energia, alterações climáticas, enfim, são eixos que vêm sendo pensados e estudados a nível nacional, não agora, este ano, mas sim pelo menos desde há cinco ou seis anos que vêm sendo estudados. Isto para dizer que há vinte e um anos, que estamos no século vinte e um, o Senhor Presidente está neste executivo uma grande parte desses anos e o meu comentário é porquê só agora? Uma vez que um plano estratégico pressupõe de fato medidas estruturais e todos estes eixos que aqui falei, no fundo pressupõe muitos anos, pressupõe um pensamento a longo prazo, são medidas que têm de ser implementadas e que levam muitos anos a serem implementadas e penso que sendo de louvar que sejam pensadas estas questões peca muito pela demora em que vêm sendo agora faladas." -----

Miguel Pinheiro: "Boa noite, em primeiro lugar queria fazer uma nota de congratulação ao protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a Associação Vita Nativa, do alojamento local para aves, é sempre importante, acções que abracem a valorização ambiental e o bem-estar da fauna local. Em segundo lugar, tinha uma pergunta para o Senhor Presidente da Câmara sobre a remodelação e ampliação da rede de águas residuais e pluviais da zona Norte de Paderne e se nessa obra estão incluídos meios de passagem para cablagem, quer seja de telefone, rede fibra, telecomunicações que possam ser passadas também nessa obra."-----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos, na sequência de um email que foi mandado para a Assembleia Municipal pelo Senhor Nuno Amado vinha aqui questionar o Senhor Presidente o porquê da abertura de dois concursos, o da Praia do Castelo e o do Peneco, para o recreativo balnear das respectivas praias. A minha questão prende-se neste sentido, tendo em conta que nem sequer no "PAOC" estava previsto essas duas praias serem abrangidas por esse tipo de actividades, inclusivamente, por exemplo, a Praia do Castelo tem problemas gravíssimos de arribas e é uma praia pequenina que já está praticamente coberta toda ela por toda a cobertura balnear que lá está. Depois, eu pelo menos tenho alguma dúvida que, não sendo duas praias que estavam previstas em termos de "PAOC" terem esse tipo de actividade, na realidade quando se é a empresa proponente dessa actividade fica-se com o direito de preferência. Eu estranho que, conforme já afirmei, não só o "PAOC" não previa que essas duas praias tivessem essa actividade, como sendo a mesma empresa a requerer que essa mesma actividade fosse lá concebida. Ela foi concebida, foi aberto o concurso, concorreram várias empresas e obviamente acabou por ganhar essa empresa as duas, aliás, até



acabou por ganhar uma terceira, que já existia, que é a da Praia da Galé. Parece-me um bocado estranho, na minha ótica, que uma empresa que até tem laços familiares a alguém que tem um cargo público na Câmara Municipal de Albufeira, tenha concorrido a três apoios recreativos e tenha ganho os três. Não estou aqui a querer dizer mais nada do que isto, só quero dizer que realmente é estranho.”-----

Presidente da Assembleia: “Já agora informo que o Senhor Vereador Rogério Neto fez-nos chegar a resposta e será remetida para todos os membros da Assembleia Municipal.”-----

Francisco Oliveira: “Boa noite Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia, são dois pontos, o primeiro tem a ver com um requerimento que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista hoje apresentou, em virtude de um dos membros ter deixado de ser militante e portanto, deixar de pertencer ao Grupo Parlamentar. Já fiz o requerimento e depois entregarei ao Senhor Presidente o original. Quanto à segunda questão, é a questão que foi levantada agora pelo deputado Leonardo Paço. A questão que está em causa, é uma questão não jurídica mas uma questão política. É uma questão política que interessa efetivamente verificar. Porque como se diria já há algum tempo, “a mulher de César não é necessário ser séria é preciso parecer”, portanto, havendo aqui um concurso que supostamente, pela carta que nos foi remetida e já nem vou discutir se a questão jurídica está correta ou não, porque não nos cabe a nós agora aqui discutir essa situação, naturalmente os tribunais ou as entidades que irão investigar e irão analisar se está ou não correto, mas o que é facto é que parece-me pouco ético e politicamente muito reprovável que alguém que efetivamente seja familiar de um alto membro desta Câmara Municipal concorra e ganhe as três concessões. Digo isto porque há algum tempo nesta Câmara veio colada a história de que havia o problema do Governo, por exemplo, a história de serem familiares e de haver conluios e tudo mais e efetivamente havia cartas abertas até ao Senhor Primeiro Ministro dando conhecimento dessas situações, ou pelo menos informando essas situações, ou reprovando essas situações. Mesmo que juridicamente e como digo, não estou a analisar o processo, porque desconheço o processo parece-me politicamente profundamente reprovável. Aliás, essa questão é uma questão que vem aqui nesta carta e fomos alertados por ela, porque desconhecíamos, fomos alertados pelo facto de na orla costeira supostamente nem estariam no POOC, posteriormente quando a Câmara Municipal assume a competência delegada abre-se o concurso e então



já estariam eventualmente no POOC e depois há também a questão de numa das praias o acesso ser um acesso difícil, com arribas e de haver perigo e de haver a necessidade de um areal necessário para um concurso para esta situação. O que eu deixo aqui é simplesmente a questão da análise política e que as pessoas tomem como entenderem, porque as questões, como digo jurídicas, ficarão para as competentes entidades. Mas é de lamentar que efectivamente assim seja e o mais que deveria ser eticamente era que nem tão pouco essa empresa devia ter concorrido tendo em consideração as ligações que tem.”-----

Presidente da Câmara: “Relativamente ao Senhor Roberto, a questão do telheiro da escola de Ferreiras, penso que estará para ser tratado com os serviços, com a Engenheira Mónica, vou ver como isso está e se não estiver tem que avançar. A questão da obra de ligação dos Matos, aquilo é águas residuais e relativamente à conduta, dizem-me os serviços que a conduta de água é relativamente recente, não tem necessidade de haver substituição, pelos vistos. Assim como outras estradas, a estrada da Mosqueira, também vai levar condutas, a estrada de Albufeira. Relativamente à falta de manutenção das estradas, em alguns sítios estamos a colocar precisamente calcada lateralmente e valetas precisamente para evitar que haja uma deterioração mais rápida, normalmente nos sítios onde o terreno tem alguma inclinação, porque a água vai com alguma velocidade e faz estragos no próprio alcatrão. Portanto, isso está a ser minimizado, não é resolvido. A questão da rapariga, a Cátia vou ver o que se passa com isso, saber se veio alguma coisa para ver, podia pedir para que me enviassem novamente o email ou alguma comunicação para eu ver. Depois já passo a palavra à Senhora Vice Presidente que depois vai responder, que isto é com os serviços da ação social. A Ana falou em duas questões relativamente às obras que estão a decorrer nos últimos tempos, nomeadamente a estrada da rotunda dos golfinhos até à rotunda da Orada, pois é uma estrada que demorou bastante tempo, perto de dois meses, o visto do Tribunal de Contas, tal e qual como a estrada da Mosqueira para a Branqueira, também a mesma coisa e os vistos do Tribunal se não vieram no mesmo dia foi muito perto. São coincidências, agora cada um, tira a relação que quer. Aconteceram aqui umas questões, a estrada de Albufeira, por exemplo, tinha ido a concurso já há algum tempo, depois houve uma seriação dos candidatos, dos concorrentes, de acordo com os critérios que o júri aplicou e depois fez a sua seriação e o primeiro concorrente no apresentou a documentação em tempo, teve de passar



para o segundo e tudo isto demora algum tempo. Essa é uma outra que começou com atraso, já era para estar feita já há algum tempo. A estrada da Mosqueira a mesma coisa, precisamente pela razão do Tribunal de Contas. Relativamente ao programa estratégico Albufeira vinte trinta, é para estar devidamente enquadrado com os programas que estão agora, nomeadamente o PRR, Portugal vinte trinta, são os fundos que virão aí. E qualquer coisa, tal e qual, por exemplo, uma habitação como se viu há pouco, desde que esteja inserida numa ELH (Estratégia Local de Habitação), tem toda vantagem e aqui também é nesse sentido de se ir à procura de determinadas situações que possam ocorrer, que possam sair não só da discussão que vai acontecer nestes dias, não apenas com peritos, com pessoas experientes em cada uma das matérias, seja local, regional ou nacional, mas também com pessoas cá da terra, como se costuma dizer, de Albufeira. Relativamente ao Miguel Pinheiro, fala no alojamento local das aves, que já foi assinado o protocolo. A questão da canalização para a fibra, não está inserida naquele projeto, mas o que vai acontecer é dentro de pouco tempo vamos, provavelmente fazer uma candidatura, quando sair essa possibilidade e como sabe é para isso que vai haver algum dinheiro, que é a questão da transição digital e a freguesia de Paderne, por ser uma freguesia mais distante, mais longe, mas recôndita, lá para os confins, não da serra, mas do barrocal, é mais difícil o sinal, de maneira que vamos fazer ali uma espécie, no sentido de levar fibra ótica a todas as casas da freguesia, e depois prolongar para todas as outras freguesias do concelho, obviamente. Mas isso, utilizando os fundos europeus. Relativamente às questões levantadas pelo Leonardo e pelo Francisco Oliveira são relacionadas com o concurso, penso que o Vereador Rogério poderá tecer algumas considerações sobre isso, uma vez que ele é que está à frente desse concurso."-----

Vice-Presidente: "Boa noite a todos, relativamente à questão aqui colocada pelo deputado Roberto Raposo, aquilo que eu gostaria de esclarecer é que o assunto em causa já é acompanhado pela ação social, há algum tempo, trata-se de um agregado familiar que habita numa habitação social, num T quatro e que uma das filhas do casal anda de cadeira de rodas. O apartamento, se não estou em erro, situa-se num segundo andar e isso com o crescimento da criança, penso que neste momento já tenha onze, doze anos, tem-se vindo a agravar. Nós temos proposto várias soluções para esta família, veio de Lisboa, de propósito, mesmo neste estado de emergência uma empresa para apresentar um sistema que permitia acoplar à cadeira de rodas uma peça que



ajudaria a subir as escadas. Já foi vista a possibilidade de colocar uma daquelas cadeiras que se vê em alguns edifícios, que podem ser utilizadas para subir as escadas, mas o prédio é antigo, não tem largura suficiente para isso, colocaria em causa uma série de regras. Sendo que a última solução que foi dada a esta família, porque a Câmara não dispõe de T quatros no rés-do-chão, que se mudassem para um T três. A família já disse que sim, depois já disse que não, e estamos a tentar ver se conseguimos chegar a um acordo com eles, porque de facto, não existe neste momento outra forma de resolver o problema, senão que eles mudem para uma habitação no rés-do-chão, sendo que teria sempre de ser de uma tipologia mais pequena do que aquela que eles precisam, porque de facto a Câmara não tem, nem disponível, nem ocupado por outra família T quatros em rés-do-chão e é esta a situação."-----

Vereador Rogério Neto: "Boa noite a todos, vou tentar fazer a explicação em relação aos procedimentos concursais dos apoios recreativos em Albufeira. O Senhor Presidente desta Assembleia enviou dois ofícios ao Senhor Presidente da Câmara, um deles a solicitar que fosse enviada toda a documentação relativa aos procedimentos concursais, que foi respondido pelos serviços, nem sequer passou por mim esse, mas sei que foi entregue. E um outro que foi a dar conhecimento da carta que foi falada aqui tanto pelo deputado Leonardo, como pelo deputado Francisco, carta que é um email, que é nesse que vou focar aqui a explicação, que acho que é essa parte, até o deputado Francisco já levantou a questão, diz que é uma questão política, portanto é neste que eu vou tentar explicar a esta Assembleia para que percebam a razão deste email. Eu vou responder aos seis pontos que este senhor, que é um dos concessionários, pôs aqui em questão. Não irei falar nada sobre o procedimento concursal, primeiro, o procedimento está a decorrer, está em fase de audição, os membros do júri nem se quiseram pronunciar sobre este email, não foi dirigido ao júri, portanto, isto não é no direito de audição, é um email que alguém resolveu enviar, foi o Senhor Nuno Amador, em nome do seu pai, o Senhor Vitor. Vou começar a responder a estas perguntas, depois ainda poderei acrescentar mais algumas coisas. A primeira questão dele é pergunta como pode ser aberto um concurso público de um apoio recreativo que não está previsto no POOC. Corrijo o Senhor Leonardo, não é "PAOC", é POOC, Plano De Ordenamento Da Orla Costeira, entre Burgau e Vilamoura é o que define a nossa costa de Albufeira. Não está definido este nem está de nenhum. POOC não define apoios recreativos nenhuns, em nenhum POOC do país. O que é que o POOC define? Define



unidades balneares e classifica as suas praias, vai da classificação de um a cinco. E pode até à classificação três, aí sim ter apoios de praia, apoios balneares e apoios recreativos. O que o POOC define em relação a apoios recreativos é qual é a área de areal que pode ser ocupado, dez por cento do areal disponível da unidade balnear pode ser ocupada com apoio recreativo. E pode ter uma arrecadação para apoio a essa atividade, no máximo de quinze metros, esse é o ponto um. Ponto dois, diz que "sendo que eu próprio já tinha solicitado o pedido do mesmo e tendo resposta do Capitão de Porto de Portimão negativa, pelo motivo de não estar previsto no POOC", tenho sérias dúvidas que o Capitão tenha respondido nesses termos. E também não posso estar aqui a tirar conclusões porquê que o Capitão entendeu não lhe dar. Mas uma coisa tenho certeza, não foi com argumento que não está previsto no POOC, porque o POOC não prevê, pode ter sido outro argumento. E também desconheço e além disso, o Senhor Vitor podia ter, quando foi publicado o Edital para a abertura do concurso podia logo ter-se manifestado, e não se manifestou. Ponto três, "como é possível num estado emergência em todo o país por conta de toda esta situação pandémica onde nos é exigido ficar em casa, sai um desfecho concursal onde nos é imposto recorrer num prazo máximo de cinco dias, se não devemos sair de casa como o faremos?", este concurso abriu em Novembro, e além disso quando saiu o relatório preliminar e quando este email chegou à Assembleia já a mandatária do Senhor Vitor, nomeou uma advogada de Portimão, já tinha consultado todo o processo concursal daquele apoio recreativo. Portanto, quando veio este email ele até já lá tinha ido consultar, ou a mandatária, porque a mandatária do Senhor Vitor é a Dra. Ângela, não é o seu filho o Nuno. Este também está respondido. Em relação ao quatro "Não será pouco ético ou mesmo anormal que em quem votamos para a câmara, agora nos tratem com esta indiferença e nos façam parecer uns inúteis?" Eu aqui nem vou comentar, até porque o Senhor Vitor é do concelho de Silves e vive no Algoz, portanto nem vou comentar. E número cinco "Ao ver os resultados deste concurso deparo que, ao meu ver os critérios não são iguais porque são excluídos com falhas idênticas, que a mesma empresa ganha sempre, que por coincidência ao que consta um dos sócios da empresa vencedora é familiar directo de uma pessoa que tem um dos cargos presidenciais da Câmara Municipal de Albufeira, parece-me haver aqui algum tipo de manifestamento de interesse e beneficiário, havendo uma estranheza pelos resultados." Neste concurso, estou a focar-me só na Praia do Castelo, só houve dois candidatos, portanto só houve



uma exclusão. Portanto não houve exclusões diferentes para se poder comparar, nos dezanove concursos que existiram houve seis exclusões, portanto acho que não se justifica. Penso que aqui há umas acusações graves gratuitas, é muito fácil escrever um email e mandar para aqui porque alguém deu umas dicas, é fácil, mas devia de estar aqui para enfrentar. Não estar aqui a mencionar quem será a pessoa a que se dirigiu, acho que todos conhecem e não vamos alongar esse discurso aqui através dessa pessoa. Esta questão está a por em causa o júri deste concurso, é preciso ver. Eu nem sou membro do júri, nem ninguém do executivo é membro do júri, o júri é composto por cinco pessoas, um representante da Agência Portuguesa do Ambiente, um representante da Autoridade Marítima Nacional, e convido qualquer um dos elementos desta Assembleia, se quiser fazer parte do júri dos próximos concursos que vão abrir estejam à vontade, porque nós nomeamos um júri desta Assembleia, se quiserem fazer parte. Portanto, acho que a quinta também está mais ou menos esclarecida. A sexta questiona se "o facto de se é um concurso público como podem dar a preferência a outros concorrentes dizendo que é algo privado?", penso que aqui o que o Senhor queria dizer é como é que a pessoa que solicitou a abertura do concurso depois tem o direito de preferência, porquê que isso existe? Isso não foi criado agora, isso está no Decreto-Lei que rege a atribuição destas licenças, destes concursos, tem um ponto que é quem se manifestar interessado depois tem o direito da preferência. Posso-lhes garantir, pelo menos todos os processos que temos no município que era da Autoridade Marítima Nacional, não há um em Albufeira que não tenha sido por iniciativa privada. Não há um, todos, temos mais de setenta e tal concessões, ou até mais, temos mais, só apoios recreativos neste momento estão dezanove, mas há outros que não foram a concurso. E balneares vão quarenta e oito a concurso e ainda há mais quatro, só para terem uma ideia. Cerca de noventa, não há um que não tenha sido por iniciativa privada, portanto isto não é nada anormal. Depois, só para vos dizer que o Senhor Nuno Amador, que é quem escreve este email dá aqui a entender que não percebe nada disto, é uma pessoa que coitado foi enganado porque não percebe nada disto. Quero deixar aqui para a Assembleia, no último concurso que existiu em Albufeira, lançado pela Autoridade Marítima Nacional o Senhor Nuno Amador concorreu a catorze, vou entregar-vos a prova dos relatórios com a primeira página, que é para perceberem. Também vou deixar aqui duas informações jurídicas que explica os pormenores todos juridicamente, processual, porque o júri entendeu não responder a este email, mas eu



vou deixar uma informação para a Assembleia. Também quero acrescentar que o facto de o município ter recebido a competência em dois mil e dezanove e não foi por isso que foram abertos estes concursos. Os dezassete concursos que foram abertos, como agora vamos abrir, assim que acabar o desconfinamento, os quarenta e quatro, se não me engano, para os balneares, isso vem da lei porque são atribuídos títulos por dez anos e quando acaba os dez anos tem de se abrir novo concurso e quem lá está tem sempre o direito de preferência, não somos nós que estipulamos, está no duzentos e vinte e seis A e tem a possibilidade de ser prorrogado por dois anos, que é o que está a acontecer. Eles terminaram todos em dois mil e dezanove, este é o último ano. Penso que mais ou menos esclareci estas questões, fico disponível se alguém quiser colocar mais alguma coisa que possa responder, desde que não seja no âmbito do concurso, porque nem eu consultei sequer os programas de candidatura de cada elemento."-----

Presidente da Assembleia: "Só para esclarecer, como disse, o Senhor Vereador fez o ofício hoje à Assembleia Municipal e amanhã irá ser remetido cópia a todos os membros da Assembleia Municipal. Senhor Vereador poderei também mandar esta informação que nos entrega agora à Mesa. Também iremos mandar, porque solicitamos à Câmara Municipal os relatórios do júri dos concursos, todos que foram abertos e já nos chegaram todos. A Luísa e a Célia assim que despacharem os procedimentos relativamente à Assembleia Municipal irão digitalizar e enviar a todos os membros da Assembleia Municipal os relatórios do júri, a composição do júri, as atas do júri para que sejam objecto de conhecimento. E quem quiser consultar os processos, estão as peças todas dos concursos que foram abertos e portanto não haverá limitação, só apenas o que se pede é que seja remetido o email à Assembleia Municipal para a Luisa depois coordenar com o departamento jurídico a entrega das peças para consulta e assim não fica a faltar informação a quem ela quiser procurar."-----

Leonardo Paço: "Tenho a dizer ao Vereador Rogério Neto que o "PAOC" é um clube de futebol na Grécia, eu nunca referi "PAOC" nenhum, foi POOC, eu sei que ele gosta de futebol, deve ter feito confusão."-----

Presidente da Assembleia: "É a sorte das gravações, depois podem ver, está ao vivo no Youtube."-----

Leonardo Paço: "Em relação aos concursos, a questão também pode ser vista nesta ótica, pelo menos por mim é assim vista, aqueles dois do Peneco e do Castelo quem for o candidato proponente fica com o direito de preferência. Ora, se o Senhor Vereador



há bocadinho disse que o Nuno Amador tinha concorrido a catorze, um deles é esse e não foi sequer concedido, desta vez ele também concorreu, mas desta vez o direito de preferência foi dado a uma outra empresa e não à dele. Fica aqui a questão, porquê que está a ser dada a outra? Queria pôr outra situação ao Senhor Presidente da Câmara, o Beco da Semina já há uns largos meses atrás falei do estado de conservação que está a estrada do Beco da Semina, vários moradores já foram inclusivamente à Assembleia, penso que sensivelmente há um ano reclamar desse mesmo estado de conservação e agora até andam lá a fazer obras perto, portanto vinha aqui apelar que fizesse um bocadinho mais de alcatrão e que chegasse ao Beco da Semina, tendo em conta as reclamações que tenho recebido nesse sentido."-----

Ana Ramos: "Só para perguntar, não me respondeu relativamente ao amianto, se realmente estão a pensar substituir as canalizações em amianto ou se é só uma mera repavimentação, uma vez que isto é relevante porque poderá implicar de futuro voltar a partir e crescer custos sem necessidade."-----

Francisco Oliveira: "Retomando a questão que o Senhor Vereador aqui colocou, como lhe teria dito no início, a questão jurídica tenho quase a certeza que não terá qualquer problema. A questão que está aqui em causa não é a questão jurídica nem a questão processual, essa com certeza estará para os técnicos verificarem, eventualmente como referiu também há já alguns advogados que foram nomeados para verificar, impugnar eventualmente essa questão. O que está aqui em causa e que merece realmente o nosso repúdio é de facto, empresas com familiares concorrerem e portanto eticamente e politicamente ser profundamente reprovável. Esta é uma questão que eu trago aqui, devo dizer com algum lamento, até porque é efectivamente aquilo que se ouve por Albufeira. Portanto, já não é uma questão do estar correto juridicamente é eticamente ser profundamente reprovável e é esta ideia que aqui deixo."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão da Ana sobre o amianto, nem todas vão ser substituídas para já, mas temos uma, nomeadamente na estrada do caminho da Balieira que teve parada durante algum tempo precisamente para o ACT vir ao local inteirar-se, foi detetado, na altura não se detetou, mas foi detetado já em obra uma tubagem com amianto, que vai ser substituída, naturalmente. Quando há situações que estão próximas, já com alguma idade e são intervenções deste tipo, desde que haja tempo são substituídas."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação das atas de 10/12/2020, 21/12/2020 e 04/02/2021; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 10/12/2020:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21): Paulo Freitas, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros Francisco Oliveira, Helena Simões, Hugo Aires, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo, pelo que não votaram -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 21/12/2020:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----



Não estiveram presentes na referida sessão os membros Francisco Oliveira, Helena Simões, Hugo Aires, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo, pelo que não votaram -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 04/02/2021:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não esteve presente na referida sessão o membro Bertílio Matias, pelo que não votou.

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento de Declarações de Compromissos Plurianuais e de Pagamentos e Recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2020;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura " Parque Infantil Temático da Guia" no âmbito do Aviso ALG-28--2020-12 - Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos (PADRE) - Operações; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a este ponto três e à criação deste parque infantil, com determinadas características, é realmente intenção o Partido Socialista votar favoravelmente, tendo em consideração a necessidade de diversificarmos este tipo de oferta. Porém, e tendo em consideração as questões ambientais que estão em causa, é



de salientar que atendendo à situação de escassez de recursos hídricos que a região atravessa, e que se perspectiva com o acentuar dos impactos das alterações climáticas, tem que existir uma preocupação na gestão da água, durante a conceção, construção e exploração do parque infantil temático. Portanto, deixamos este alerta, no sentido que há agora regras e há técnicas para, de facto, poupar água e que a construção e a conceção tenham em consideração essas novas técnicas e que daí advenha um parque tão necessário para a população infantil, mas com preocupações ambientais.”-----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura “Dar uma Mãozinha à TeRRa” no âmbito do Aviso - POSEUR-11-2021-15 - Investimentos com Vista à Recolha Seletiva e Valorização de Biorresíduos em Portugal Continental - 3.º Aviso; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: “Esta candidatura reconhece que as metas estabelecidas no projeto municipal da área de resíduos urbanos elaborados em dois mil e dezassete e que suportou o caderno de encargos da prestação de serviços, com o prazo de oito anos, fica muitíssimo aquém das metas actualmente definidas da estratégia nacional em vigor e para a gestão dos resíduos ver a página dezassete e dezoito. Esta matéria,



se o senhor Presidente está lembrado, foi observada e vincada pelo PS na Assembleia de dez de Maio de dois mil e dezoito, razão pela qual foi produzida uma alteração no caderno de encargos, aprovado na Assembleia Municipal de treze de Junho de dois mil e dezoito, que assegurou que as metas que forem impostas ao município durante a vigência do contrato não terão custos adicionais ao município. Ora, a candidatura contempla um projeto de compostagem doméstica de resíduos urbanos biodegradáveis e contexto rural. Este projeto constitui uma das recomendações efetuadas pela bancada do PS nessa altura. Durante as Assembleias Municipais de debate do caderno de encargos, da prestação de serviços e ficou inscrita na própria declaração de voto do PS, na Assembleia Municipal de treze de Junho de dois mil e dezoito. E nessa altura alertamos que, de facto, aquele caderno de encargos era curto. E o tempo veio dar-nos razão. Questões: como é que é efectuada a articulação do investimento a nível municipal com o co-financiamento comunitário na presente candidatura e as obrigações de investimento previstas no caderno de encargos ficarão a cargo do concorrente vencedor? Portanto, há aqui uma situação de conflito eventual. Clarificar se teremos o município a fazer a recolha dos resíduos urbanos biodegradáveis e o prestador de serviços a recolher os resíduos indiferenciados. No âmbito do debate da prestação de serviços o PS alertou para a necessidade de contemplar sinergias operacionais no caderno de encargos, por forma a evitar aquilo que irá eventualmente acontecer, que será a duplicação de equipas, entidades e de respectivos custos de operação. Mais uma vez, tínhamos alertado para esta situação. Uma terceira questão, clarificar se a aplicação do sistema PAYT, em contentores enterrados, zona piloto da Quinta do Poço, está contemplado na candidatura? Se sim, como é efectuada a articulação do investimento efetuado a nível municipal, com co-financiamento comunitário e as obrigações de investimento previstas no caderno de encargos. Parece-nos haver aqui alguma confusão que, como dissemos, naquela altura poderia ter sido incluído no respectivo caderno de encargos. Por fim, salientar conforme a candidatura refere, o procedimento de contratação do concurso público para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana no município de Albufeira continua e encontra-se suspenso por ordem judicial. Situação que se revela verdadeiramente castradora em termos de investimento nesta área. Esta afirmação vem confirmar a maior fragilidade de todo este processo, salientada e reiterada pelo PS em vários momentos, com as características e montantes da prestação de serviços



existiu uma elevada probabilidade de ocorrer o litígio, que neste momento ocorre, entre as partes. Aspeto sempre salientado pelo PS, que se traduziria em fortes restrições de investimento, o que é a prova que o modelo de serviço implementado desde dois mil e quatro e que agora se pretende dar continuidade por mais oito anos, não é o mais adequado."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões relacionadas com a gestão dos bio resíduos, evidentemente que o facto de haver uma prestação de serviços que está em Tribunal, já agora adiantado, relativamente à última questão. Com certeza que não é a Câmara que lhe interessa que esteja em Tribunal, de maneira nenhuma, nem faz nada para isso, antes pelo contrário, de recordar que o Tribunal de primeira instância, o Tribunal de Loulé já deu razão à Câmara. No recurso houve apenas um dos concorrentes, nomeadamente o terceiro concorrente é que reclamou, é que recorreu, no entanto, evidentemente que está suspenso, por enquanto. Daí que temos de recorrer, sendo isto uma matéria de índole obrigatória e urgente, porque trata-se de saúde pública, trata-se de higiene pública, e já lá vão praticamente dois anos que estamos a trabalhar neste campo. Isto é um assunto que tem a ver com a justiça, nós aí não podemos fazer acelerar nem retardar literalmente nada. Relativamente às questões levantadas e relacionadas com a aparência de ambiguidade entre uma coisa e outra, penso que isso terá que ser analisado. O facto de estar a ser trabalhado por uma empresa terceira, com certeza que não iria ser inibidor de poder haver uma candidatura. Vamos ver como isso depois se processa, com certeza que não haverá duas entidades a fazer o mesmo serviço. Vamos depois analisar isso, com certeza. Isto ainda é só a candidatura e na altura do termo de aceitação vamos verificar essa situação."-----

Francisco Oliveira: "A questão fundamental já não tem a ver com o facto de estar em tribunal, a questão fundamental tem a ver com o projeto e com a forma como se desenvolve este tipo de prestação de serviços. Sempre foi por nós defendido que este sistema era completamente errado. E continuamos a defender que é completamente errado. É por essa razão que se efectivamente continuarmos vamos ter mais processos, vamos ter mais problemas e portanto, nunca chegaremos a uma situação de termos uma prestação de serviços em condições. Nós defendemos, os senhores entendem que não, é uma questão de opção política, mas defendemos que realmente deveria ser a Câmara a tomar essa iniciativa e a ser ela a prestar esses mesmos



serviços, onde não existiria este tipo de problemas. Mas é uma questão de modelo, os senhores entendem que efetivamente o modelo é o correto e sendo este modelo que avança, tem estas vicissitudes e vamos continuar a aguardar e mesmo noutros concursos é o que irá acontecer, portanto o Tribunal aqui não tem qualquer responsabilidade. A responsabilidade é política pela opção tomada."-----

Presidente da Câmara: "É uma deliberação que está tomada já há algum tempo, já foi amplamente discutida, e foi aprovada em Câmara Municipal e em reunião de Assembleia, agora a única coisa que temos de fazer é deixar decorrer o tempo para que o Tribunal decida sobre essa situação."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Proposta de Contrato de Parceria com o Instituto Lusíada de Cultura com vista à Consolidação do Projeto Museu ZerO"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Proposta - Inscrição do Município de Albufeira na Constituição das Redes Cidades Circulares"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, para nós, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é muito importante a questão da economia circular e o facto de Albufeira vir a ser inscrita nas cidades circulares e portanto, nesta organização, é importante e é fundamental. A única coisa que queria deixar aqui era se, a inscrição nesta organização não irá ter o mesmo efeito que teve a inscrição nas cidades educativas? Porque até agora o Conselho Municipal de Educação não tem reunido e portanto, se vamos entrar para uma entidade que de facto é importante e fundamental, se vamos ter depois o mesmo tipo de atuação que tivemos até agora com as cidades educativas, portanto deixará de ter qualquer efeito."-----

Presidente da Câmara: "É claro que uma situação não tem nada a ver com outra. Para além disso quero fazer um pequeno reparo, não se chama cidades educativas, são cidades educadoras, que é um bocado diferente e não vejo que essa situação tenha a ver com a existência ou não, ou a activação ou não do Conselho Municipal de Educação, mas prontos. A questão desta rede, vai ser constituída, por alguma coisa é, surgiu precisamente cá dentro da Câmara e a Câmara é que depois fez o convite às outras Câmaras todas que estão inseridas neste grupo e eventualmente poderia ter feito parte de outros grupos, mas achamos que não seria muito pertinente esse facto."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Aluguer de Viaturas com Condutor para Limpeza de Coletores das Redes de Águas Residuais e Pluviais", até ao limite de 300.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, esta questão, depois de analisada, eu verifico que vem numa rubrica genérica, portanto não vem efectivamente no que diz respeito ao orçamento e à forma como está definido, numa rubrica relativamente à questão própria para este aluguer de Viaturas com Condutor para Limpeza de Coletores das Redes de Águas Residuais e Pluviais. Portanto, isto é uma situação que acontece com alguma recorrência e de facto, o orçamento deveria de ser um pouco mais pormenorizado, não deixando estas margens que depois não sabemos muito bem onde serão aplicadas. É esta a razão do meu comentário."-----

Presidente da Câmara: "Os serviços contabilísticos com certeza que viram isso e estará bem classificado. No entanto vou deixar aqui uma nota nesse sentido, no sentido de se verificar essa possibilidade de ser mais pormenorizado e mais aberto."--



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Aquisição de Serviços de Responsabilidade Técnica de Instalações Elétricas em Edifícios Municipais", com o valor base de 74.500,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para “Aluguer de Máquinas e Viaturas com Operador” até ao limite de 230.200,00€ + IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: “Gostaria de perguntar, ao contrário do ponto sete, em que havia uma descrição do propósito da contratação, estive a ver a documentação e creio não ter compreendido o propósito desta contratação, ou seja, ao contrário da rubrica no orçamento, este é genérico e não compreendi qual era o propósito desta contratação.”-

Francisco Oliveira: “Tem havido entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia alguns acordos relativamente à cedência de máquinas e material e de equipamentos e eu pergunto se, relativamente a este aluguer de máquinas e viaturas com operador, se alguma delas ou estas têm a ver com as Juntas de Freguesia? Ou serão para ficar na Câmara Municipal e serem cedidas? Qual efetivamente a intenção da aquisição destas máquinas com operador?”-----

Leonardo Paço: “A Câmara Municipal ainda recentemente adquiriu algumas viaturas, a minha pergunta é se neste caso a Câmara vai só alugar a mão-de-obra, ou também viaturas?”-----

Presidente da Assembleia: “O concurso diz aluguer de máquinas e viaturas com operador, aqui não se contempla operadores, só o aluguer de máquinas e viaturas com operador.”-----

Presidente da Câmara: “Evidentemente que o aluguer de máquinas com operador significa que é para fazer trabalhos e não estão sediadas na Câmara Municipal. Portanto, são máquinas que não existem na Câmara Municipal, com algumas necessidades, com outros portes, com outras características e que serão alugadas com operador e que não estão sediadas. A questão do empréstimo às Juntas de Freguesia, pode ser activado este contrato, embora seja da Câmara, numa ajuda pontual que uma Junta de Freguesia tenha nesse campo. Isso é perfeitamente possível. Estas máquinas não vão estar no estaleiro do município à espera que haja trabalho para elas, claro que não. As máquinas estão no sítio do fornecedor do serviço e depois será activada de acordo com uma necessidade que exista.”-----



Leonardo Paço: "Então o que o Senhor Presidente explicou foi que estas são viaturas que a Câmara Municipal ainda não adquiriu? Porque recentemente adquirimos outras. A minha pergunta é, eu sei que a Câmara Municipal adquiriu viaturas para este efeito durante este mandato. Estas serão outras viaturas?"-----

Presidente da Assembleia: "O que o Senhor Presidente disse foi que, são máquinas que o município não tem, portanto serão máquinas específicas para trabalhos específicos e como tal serão essas as máquinas que serão objeto deste concurso. É assim Senhor Presidente?"-----

Presidente da Câmara: "É isso."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Miguel Pinheiro -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao "Fornecimento Contínuo de Peças, Acessórios e Materiais Diversos, bem como para a Prestação de Serviços de Reparação, Manutenção e outros Serviços Conexos, para Máquinas e Viaturas Municipais", até ao limite de 186.000,00€ + IVA; ---
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Licenciamento, Manutenção e Helpdesk do Sistema de Gestão Documental - Edoclink", com o valor de 63.897,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, da Recomendação apresentada pelo BE intitulada "Atribuição Automática da Tarifa Social da Água e Resíduos"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Miguel Pinheiro: "Não há muito a explicar sobre a recomendação em si, acho que já estamos familiarizados com ela, ainda a semana passada, julgo eu foi aprovada na Assembleia Municipal de Lisboa e é uma mais-valia, ainda para mais na situação em que estamos, em que as pessoas perderam os recursos financeiros. Claro que já existe a tarifa social da água na Câmara Municipal de Albufeira, mas aqui a questão é automatizar essa atribuição como já acontece na tarifa da fatura da eletricidade. Aqui a questão é que se desburocratize este processo, ou seja, as pessoas não têm que preencher papelada e apresentar documentação para garantir que têm acesso a esta tarifa, sendo feita automaticamente, da mesma maneira que a tarifa da electricidade tem funcionado. Tenho aqui os dados, por exemplo, a tarifa social de energia neste momento em Albufeira está a beneficiar dois mil oitocentos e trinta e sete agregados familiares, que é bastante e poderíamos abranger a tarifa social da água a essas pessoas todas."-----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite a todos, relativamente a esta questão, como disse o Senhor Presidente é uma questão que tem de ser analisada, tendo em conta que, de acordo com o nosso regulamento existe claramente um benefício comparativamente com a automatização, tendo em conta que os valores divergem. De acordo com o nosso regulamento, na eventualidade de existir uma família, por exemplo com dois dependentes, ou no caso de um idoso que vive sozinho, que tenha um rendimento superior aos cinco mil e oitocentos euros, o nosso é muito mais vantajoso. Porque nós partimos de uma base de doze mil e seiscentos euros base, portanto, só na eventualidade de famílias com mais de três filhos, porque o valor dos cinco mil e oitocentos acresce depois cinquenta por cento por cada dependente sem rendimento, só aí é que pode ser benéfico. Penso que deve ser feito uma análise concreta sobre essa situação, caso a caso, para percebermos até que ponto ao automatizarmos não vamos prejudicar uma série de munícipes que ficam fora destes valores, o nosso acaba sempre por ser vantajoso, na eventualidade de, como já referi, de existirem dois filhos dependentes."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Paulo Freitas e Vítor Vieira. -----



Votos a favor: vinte e três (23): Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização referente à "Alteração/modificação de Direito de Superfície a favor de Cooperativa MARTRAIN - Cooperativa de Responsabilidade Limitada (CRL)"; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Cândido Reigado: "Esta questão da transformação da antiga fábrica Faceal num centro de formação profissional, se eu não estou enganado já foi apresentado aqui um projeto, ainda no mandato anterior, há cinco ou seis anos, precisamente para avançar nesse sentido. Pelo jeito não avançou e agora a Câmara vai ceder a uma cooperativa para avançar com esse projeto. O que pergunto é o seguinte, a Câmara ao abdicar, ou seja, ao ceder o avanço deste projeto para o Centro de Formação Profissional, se esses serviços vão se manter como serviço público ou se acaba por ser uma escola privada? Porque aí acaba por prejudicar os alunos que possam recorrer a esse ensino. Em qualquer dos casos nós estamos de acordo, aliás, isso já deveria ter sido feito há bastante tempo. Outra questão que se relaciona com o problema da Faceal, é se num caso quer noutro, quer seja público ou privado, se está assegurado a continuação do alojamento das pessoas que continuam a morar nas casas da Faceal."-----

Francisco Oliveira: "Esta escritura inicial de direito de superfície foi assinada em dois mil e dezoito, com um prazo de três anos que terminaria agora em Maio de dois mil e vinte e um, o que nós verificamos é que desde dois mil e dezoito até à data, nada teria sido efectuado e portanto está tudo mais ou menos na mesma. Há aqui questões que nos parecem ser importantes e serem importantes serem analisadas com algum pormenor. Porque na verdade é importantíssimo ter um centro de formação em Paderne e naquela zona, que é uma zona que está descaracterizada, portanto ser uma



zona reformulada e colocada ao serviço da população, de certa maneira trazendo para o interior alguma economia que de facto bem precisa. Mas, vamos aos pontos em concreto. Porque razão é que se diminui a superfície de quarenta mil metros quadrados para vinte e sete mil seiscentos e sessenta e quatro? Portanto, no primeiro direito de superfície falava-se em cerca de quarenta mil e doze metros quadrados e agora em cerca de vinte e sete mil seiscentos e sessenta e quatro. Em segundo lugar, a razão pela qual há a inclusão de dois armazéns que não existiam no primeiro direito de superfície e que agora passam a incluir com esta escritura? Portanto, isto dá-nos a ideia de que estamos perante um projeto completamente novo ou completamente diferente daquele que inicialmente havíamos decidido e deliberado em dois mil e dezoito. Mais, há aqui um valor que supostamente e pela informação que me foi dada, de cerca de duzentos mil euros que já foram entregues a esta cooperativa, para desenvolver não sabemos muito bem o quê, porque efectivamente o processo e o licenciamento ainda não entrou. O que nos parece a nós e era isso que gostaríamos de saber era a questão ambiental que tem a ver com os postos que estão mais atrás e que fazem parte deste complexo deixarão de estar no âmbito, uma vez que se reduziu esta área para vinte e sete mil seiscentos e sessenta e quatro metros quadrados. A questão é se efetivamente assim será, até que ponto é que o ónus ficará do lado do promotor integrado no seu projeto, se não ficar será o município a ter que assumir este encargo em termos de orçamento municipal, nomeadamente a questão ambiental. Senhor Presidente e Senhores Deputados, a nossa proposta seria até porque não vai atrasar, uma vez que o projeto tem de dar entrada supostamente até Maio, que fosse retirado este ponto e que viesse à próxima Assembleia com mais informação para que possamos votar em conformidade e em consciência, uma vez que isto nos parece uma alteração total daquilo que era o projeto inicial e daquilo que era a perspetiva inicial deste centro de formação. Continuamos a entender que é fundamental, mas também perceber em que modos e em que circunstâncias é que este projeto será definido."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente a esta questão, surgiu por uma razão de, talvez um lapso técnico na questão da escritura, que foi assinada em Maio de dois mil e dezoito, conforme disse. Relativamente à questão do Senhor Reigado, público ou privado, evidentemente que é uma cooperativa privada, mas não vejo por aí que venha grande mal ao mundo até porque o ensino privado em Portugal é de bastante qualidade e também desempenha uma função social. Relativamente às questões relacionadas com



esta escritura, o projeto é o mesmo, mantêm-se igual, a questão dos quarenta mil e doze metros quadrados eles são os mesmos quarenta mil e doze metros quadrados, não há uma diferenciação, a única coisa que havia aqui de diferente foi, quando isto foi analisado e a Dra. Lina, que está aqui pode esclarecer melhor o que vou dizer a seguir, é que se somar os vinte e sete mil seiscentos e sessenta e quatro virgula oitenta e dois metros quadrados, que é a parte rustica que sobrou com mil e oitenta e três virgula dezoito metros quadrados, com mais onze mil duzentos e sessenta e quatro metros quadrados dá os quarenta mil e doze metros quadrados. O que não estava inserido na anterior escritura era precisamente aqueles prédios urbanos que por esquecimento não ficaram descritos na própria escritura. Daí, isto não aumenta nem diminui a área, é perfeitamente igual, a delimitação é precisamente a mesma, é só uma questão destes prédios urbanos, dos tais mil e oitenta e três e onze mil duzentos e sessenta e quatro não estarem lá previstos, que abate os quarenta mil mas fica somado na mesma porque a área toda é quarenta mil e doze metros quadrados. Não sei se ficou esclarecido, está cá a Dra. Lina que detetou este problema e ainda bem que foi detetado agora."-----

Dra. Lina Bazelga: "Boa noite a todos, não vou acrescentar muito mais ao que o Senhor Presidente disse, porque ele explicou bem o que aconteceu. O que de fato foi feito foi, retiramos da parcela rústica que tinha sido constituída a favor da Martrain, retiramos precisamente a mesma área de implantação dos prédios urbanos que incluímos agora nesta escritura. O que quer dizer que tudo somado vai dar os mesmos quarenta mil e doze metros. E porquê a necessidade de intervenção desta alteração? É que o projeto inicial, que é precisamente o mesmo, previa a intervenção nesses dois prédios urbanos. Ora, não estando eles descritos na escritura inicial, a Martrain não tinha legitimidade para poder intervir neles."-----

Presidente da Assembleia: "Só uma questão, não há redução de área?"-----

Dra Lina Bazelga: "Não, a área sobre a qual é constituído o direito de superfície mantêm-se precisamente igual, nos quarenta mil e doze metros. A única coisa que se fez foi ao acrescentarmos os prédios urbanos tivemos que reduzir a área do prédio rústico, na mesma proporção."-----

Presidente da Assembleia: "Essa alteração não altera o projeto, como disse?"-----

Dra Lina Bazelga: "Não altera em nada, o projeto inicial é o mesmo, a planta de implantação que acompanha a escritura é precisamente a mesma e está junta à proposta que foi aprovada em reunião de Câmara. Quem conhece e quem sabe analisar



as plantas, vê claramente que era necessário inscrever esses prédios urbanos ou incluir esses prédios urbanos no contrato e na constituição do direito de superfície que foi feito inicialmente.”-----

Francisco Oliveira: “De fato acredito que possa ser, mas da leitura da escritura e é a razão pela qual tinha colocado a questão, os prédios urbanos não aparecem com área, não está definido na escritura. É a razão por não se entender essa redução, haver inclusão dos prédios urbanos, eu andei aqui à procura a ver se tinha a área, mas não tem as áreas. Uma vez que me refere que um é de mil oitocentos e tal e o outro de onze mil e tal, supostamente darão os vinte e sete mil mais os doze ou treze mil que darão os quarenta mil. Isso resolveria a questão. A segunda questão, que o Senhor Presidente ainda não referiu, é a questão de saber se ficará a cargo da Martrain ou ficará a cargo do município? Depois a questão ambiental relativamente aos resíduos que lá se encontram.”-----

Presidente da Câmara: “Evidentemente que aquele espaço adquirido pela Câmara há uns anos atrás tem outros problemas que não seja esta ocupação deste espaço, que até nem é um problema, pode vir a ser um benefício e é isso que se pretende que seja, de alguma forma um pouco retardado e a única coisa que eu tenho receio aqui é que se perca o financiamento desta situação. É a única e simplesmente isso. Evidentemente que tem dois problemas grandes, um que é a questão ambiental, devido às charcas que estão lá colocadas no local, não sei se são duas ou três e depois tem o outro problema, que é um problema social, não ambiental mas social, que já aqui foi referido, que são as casas do bairro da própria Faceal. É uma situação que está mais ou menos indefinida e terá que ser resolvida com tempo. Essa situação não tem a ver com as outras situações, evidentemente que tudo aquilo que se passar naquele espaço que é definido por direito de superfície à Martrain com certeza que será da responsabilidade da Martrain.”-----

Adriano Ferrão: “Boa noite, a bancada do PSD pelo que se ouviu aqui, das explicações que foram aqui dadas pela Dra Lina e pelo Presidente do executivo, penso que por nós não é de retirar este ponto, por isso recusamos o retirar do ponto.”-----

Francisco Oliveira: “O Senhor Presidente não respondeu à questão sobre o avanço ou não avanço dos duzentos mil euros e para que efeito é que foram avançados esses valores.”-----



Presidente da Câmara: "Os duzentos mil euros foram cedidos naquela altura à Martrain no sentido de servir de garantia para um financiamento que eles estavam a querer na altura. E havia aquela dificuldade que caso não tivesse acontecido provavelmente poderíamos ter perdido. Evidentemente que não se está à espera que cada vez que haja um problema lá vai a Câmara entrar com dinheiro, claro que não é nem poderá ser assim, nem terá de maneira nenhuma. Foi só isso que aconteceu."-----

Presidente da Assembleia: "Francisco Oliveira mantém a proposta de remoção do ponto?"-----

Francisco Oliveira: "Não, retiro."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Miguel Pinheiro.-----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para Execução da Empreitada "Construção de Unidade de Cuidados Continuados", com o preço base de 3.300.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Só para perguntar se esta obra vai ser em benefício público ou se vai ser depois cedida à ARS ou similar ou se é para depois ceder a exploração privada?"---

Presidente da Câmara: "Esta obra vai ser construída num espaço municipal, que fica junto ao lar de idosos da Guia, que é também municipal, e que está a ser gerido e explorado por uma Fundação António Silva Leal e que naturalmente como é esta mesma



entidade que está a fazer a exploração da Unidade de Cuidados Continuados que funciona no Centro de Saúde, vai ser a mesma entidade que vai explorar. No fundo o que vai haver é uma transferência da Unidade de Cuidados Continuados do Centro de Saúde, para criar mais condições para o próprio Centro de Saúde para aquele local.”----

Miguel Pinheiro: “Penso que não tenha ficado claro, ou seja, vai ser associado a quem está a explorar o lar da Guia, ou seja a Fundação António Silva Leal e não o Centro de Saúde de Albufeira, é isso?”-----

Presidente da Câmara: “Sim.”-----

Francisco Oliveira: “Só um esclarecimento, este não tem a ver com o alargamento daquilo que é o Centro de Saúde? É uma situação completamente diferente? Ou seja, é para ser construído na Guia, para retirar daqui o que existe dos Cuidados Continuados e dar aqui uma valência ao Centro de Saúde numa outra perspectiva?”-----

Presidente da Câmara: “Sim.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da declaração de Interesse Público - Passadiço na Praia dos Pescadores em Olhos de Água; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: “Na documentação que nos foi enviada, não nos foi enviada a declaração emitida pela CCDR solicitando a declaração de interesse público. Era importante, podemos aprovar, não tem problema, mas gostaríamos de ter acesso a essa



declaração para saber se a declaração em si implica alguma condicionante. Portanto, se é por si só o pedido de declaração de interesse público ou um pedido de declaração de interesse público sob condição de!..... Era essa a questão que gostaríamos de saber."---

Presidente da Assembleia: "É declaração de. Porque se não houver o interesse público não poderá ser feita intervenção naquele espaço."-----

Presidente da Câmara: "Uma vez que isto é uma obra que vai decorrer sob a responsabilidade da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, a Senhora Presidente poderá esclarecer este ponto."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "Boa noite a todos, nós recebemos, quando começamos a tratar este nosso projeto, já lá vai dois ou três anos, só para vos contextualizar, começou a ser tratado primeiramente na APA, e seguimos todas as orientações do Dr. Sebastião e posteriormente teríamos que ir para a CCDR e foi isso que fizemos. À medida que a CCDR vai nos pedindo documentação nós vamos tentando ir ao encontro ao que pedem. Aquilo que o Dr Francisco estava a perguntar era se há algum documento. Não. Há uma listagem de documentos que a Junta tem de enviar, tipo um levantamento topográfico, as fotografias do local, o sítio exato, as fotografias do local antes de, se eventualmente for aqui aprovado, este projeto ser implementado no terreno. Uma série, não quero estar aqui a exagerar, mas são sete ou oito itens que são pedidos. Entre eles esta aprovação da Assembleia Municipal, é apenas isso. Pelo menos não há documento nenhum que diga, que tem de preencher desta forma ou daquela forma. Pede só, aprovado aquilo que nós queremos fazer, este projeto tem de ser aprovado em Assembleia Municipal, é só, uma linha, não diz mais nada. Não há nada que se possa ir preencher, o que eu sei é que foi aprovado em reunião de Câmara e será aprovado, só. Pelo menos é o que diz a CCDR, juntamente com tudo o resto que nós já temos, PDM, instrumentos todos da REN, enfim, aquelas coisas todas que eles pedem, só falta mesmo isso."-----

Presidente da Assembleia: "Sem essa declaração não há projeto?"-----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "Não, não há."-----

Presidente da Assembleia: "Portanto, é uma condição essencial?"-----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "É uma condição sim."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

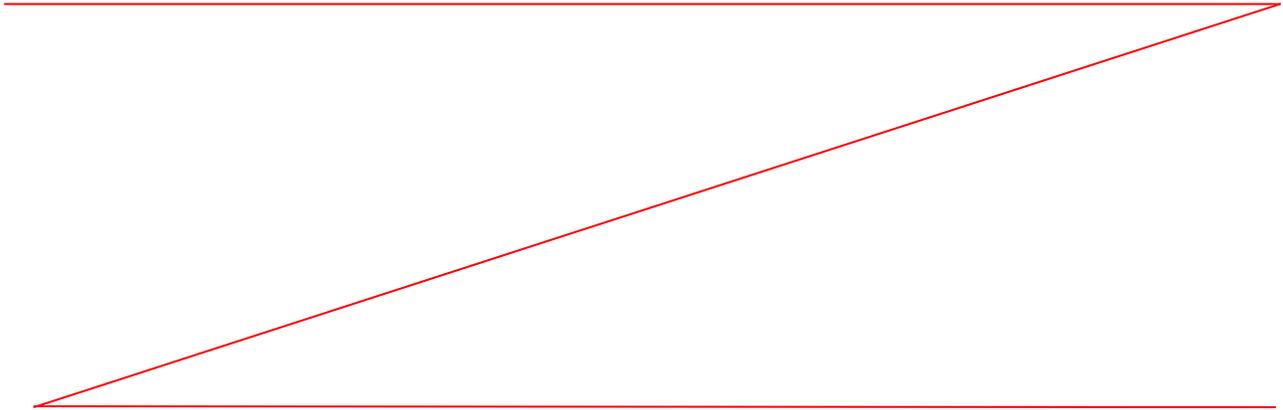
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 21:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 22 de Março de 2021 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Albufeira, 18 de Março de 2021.

Ex.^{mo}. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Professor José Rolo:

Esta exposição diz respeito às condições da Rua Oliveira Martins, no troço que liga a Rua Ramalho Ortigão à Rua José Fontana, em particular os últimos 100 metros, na subida que contorna o Muthu Club Praia da Oura (troço a vermelho na foto 1).



Esta rua é a única via de saída da Praia da Oura, com trânsito constante no verão, inclusivamente de grandes autocarros de turismo. No troço referido, a rua encontra-se em péssimo estado há vários anos. Atualmente quase tem quase mais buracos que asfalto e quem a sobe de carro tem de fazer uma gincana para evitar os piores (fotos 2 a 4). No verão, com carros estacionados ao longo da subida, nem sequer isso é possível e os carros têm mesmo de passar por cima de todos os buracos (foto 5).

Durante o último mês, têm vindo a ser feitas obras de repavimentação do asfalto da Rua José Fontana e Estrada de Santa Eulália (a tracejado no foto 1) – que comparativamente com o troço em causa, estavam em bastante melhores condições.

Questão: a Câmara vai aproveitar a oportunidade para proceder também às obras, já há tanto tempo necessárias e urgentes, também nesta rua? Quando? São apenas 100 metros. Ou as obras em curso vão passar ao lado e nesta via pública vai continuar tudo na mesma?







Sem outro assunto de momento, agradeço resposta a esta questão.

Professora Dra. Graça Corrêa